

ENTREVISTA COM O ECONOMISTA CARLOS LESSA*

CARLOS LESSA

Economista, Doutorado na UNICAMP, Professor Titular da FEA da UFRJ, Professor da UNICAMP.

1. Para começar, vamos te fazer uma pergunta de caráter amplo: gostaríamos que tu falasses um pouco nas diferenças entre, o conhecido "15 Anos de Política Econômica", e o recente "A Estratégia de Desenvolvimento 1974-1976 - Sonho e Fracasso". O que aconteceu nessa trajetória?

R=Veja o seguinte: eu tive um tipo de formação intelectual que é muito típico da minha geração e que tem muito pouco a ver com a maioria dos mais jovens. Eu me formei em uma Escola de Economia, na época a Escola de Economia "vedete" do Brasil, mas que era uma escola onde predominava o pensamento geral conservador. Entretanto era o pensamento conservador de alto nível, ou seja, eu fui aluno do Roberto Oliveira Campos, Santiago Dantas e Roberto Cavalcanti, entre outros.

Eu tive um elenco de professores pensadores ortodoxos porém testadores, não operadores neoclássicos. Então, meu curso de economia foi um curso muito curioso para os padrões atuais, pois eu li os grandes autores neoclássicos e suas obras originais. Eu estudei lendo Walras, Marshall etc. Era esse tipo de literatura que os professores me forçavam a ler. Ora, o pensamento liberal em sua melhor versão leva à discussão conceitual. Coisa que o manual anglo-saxão atual não leva.

Era um curso absolutamente surrealista, quer dizer, nesse curso não houve referência a Keynes. Eu passei quatro anos na Faculdade sem tomar conhecimento, por exemplo, da Teoria Geral. Pois isso era visto como perigoso, inovador. Em contrapartida, eu tive uma formação ortodoxa, mas uma formação ortodoxa dada pela grande tradição da discussão conceitual. Isso foi uma grande vantagem para mim. É claro que esse era um curso que fazia tudo, menos chamar atenção sobre a realidade brasileira. Aliás, a especificidade Brasil não existia como referência por trás de nenhum dos cursos que recebi. Bem, ao terminar a Faculdade, novamente fui beneficiado por duas coisas. Primeira, estávamos no final dos anos 50 e início dos 60. Estávamos num momento de imensa discussão nacional sobre as grandes questões brasileiras. A discussão estava proposta. Ela, por si só, nos compelia a incorporar essa preocupação e essa discussão. A segunda coisa que me beneficiou foi a oportunidade que eu tive de trabalhar na CEPAL, quando ela começava a se instalar no Brasil. Então eu, tendo saído de uma formação clássica liberal, ortodoxa,

*Entrevista conduzida por Nelson Castán, Rubens Soares de Lima e Enéas Costa de Souza, técnicos da FEE, em outubro de 1981. O trabalho de transcrição foi realizado por Ana Córdova Wells e Ana Lúcia da Silva.

de bom nível, porém totalmente desligada da agenda brasileira, mergulhei de cabeça na agenda brasileira e na agenda latino-americana, através do contato com outra grande Escola de pensamento que me foi apresentada a partir de Anibal Pinto, que era meu chefe e um dos pais da Escola. Desse modo, passei de uma grande discussão conceitual abstrata em relação ao país e ao continente à grande discussão conceitual sobre o país e o continente. Logo, eu tive um tipo de formação intelectual que é pouco usual! Entretanto, isso me levou, durante o período da educação formal em Faculdade e durante o período de formação pós-universitária, a ficar permanentemente comprometido com a grande discussão conceitual. Duas escolas, duas linguagens, dois modos de problematizar as coisas totalmente diferentes, mas ambas dadas e orientadas por gente que forçava a discussão dos grandes temas. Assim, eu fui beneficiário dessa pedagogia especial, singular, que deu oportunidade a mim, à Maria da Conceição, a Antônio Castro e outros de participar de um pequeno grupo privilegiado e viver essa experiência.

2. A partir dessa experiência, como chegaste aos "15 Anos de Economia Política"?

R= É evidente que a proposta de discutir a América Latina e discutir o Brasil e, de alguma maneira, chegar com os instrumentos conceituais ao debate foi um apelo natural, foi um engajamento natural. Como resultado disso, saiu os "15 Anos de Política Econômica", meu, e, ao mesmo tempo, o "Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações", da Maria da Conceição. Assim, éramos os dois, ali, completando esse processo de discussão, produzindo dois trabalhos que foram escritos praticamente ao mesmo tempo, no mesmo lugar, dentro de uma pequena equipe que discutia sem parar, que tentava "por a limpo" a realidade da América Latina, em geral, e do Brasil, em particular.

O que aconteceu foi que a economia política da CEPAL, com a qual nós havíamos nos familiarizado, tinha uma determinada visão, propunha uma determinada interpretação do desenvolvimento brasileiro, basicamente como uma resposta à interação entre as condições internas da economia e as condições externas dessa economia. A dinâmica da economia surgia de uma dialética entre interno e externo: essa era a grande proposta da economia política da CEPAL. Agora, a economia política da CEPAL tinha sido muito formulada em cima de uma reflexão que tomava o sul como referência, que tomava, fundamentalmente, os casos argentino e chileno como grande referência de interpretação. Nós, os brasileiros, aquele núcleo que estava sendo treinado ali no centro CEPAL/BNDE, treinado informal, mas intensivamente, através da controvérsia e diálogos com Anibal Pinto e com outros velhos cepalinos, nós tínhamos, logo de saída, a idéia de que o Brasil tinha uma dimensão diferente em relação ao cone sul.

De certa maneira, o trabalho de Maria e o meu trabalho, que são da mesma época, estavam procurando responder àquele traço singular brasileiro que nos diferenciava do paradigma cepalino geral. O traço que mais chamava atenção, tanto à Maria quanto a mim, era o invulgar dinamismo da economia brasileira, ou seja, os chamados obstáculos à industrialização (que era o grande tema que o pessoal da CEPAL estava enfrentando na entrada dos anos 60) nos parecia dizer muito pouco em relação ao caso brasileiro, como também nos dizia bastante pouco a idéia de uma agri-

cultura estrangulando o processo de expansão, porque toda a informação que nós tínhamos era de que o Brasil nunca tinha sido estrangulado pelo lado agrícola. Isso nos dava uma diferença muito grande em relação ao paradigma da CEPAL. Então, nós, ainda que usando o paradigma da CEPAL, que é o que está por trás do trabalho da Maria e, de certa maneira, inspira também o meu, estávamos bem mais preocupados em captar outras dimensões que explicariam porque o Brasil tinha uma trajetória distinta daquela implícita dentro do grande paradigma cepalino. Eu, por exemplo, desde aquele momento, fiquei atento, preocupado e interessado no papel do Estado dentro do processo de desenvolvimento brasileiro. Como é que a gente conseguia explicar aquele desenvolvimento dinâmico brasileiro sem passar, necessariamente, por uma observação que captasse a especificidade do estado brasileiro?! A Maria estava preocupada em mostrar, pelo lado da estrutura industrial, como o chamado processo de industrialização baseado na substituição de importações, no Brasil, havia logrado diferenciais na estrutura produtiva numa extensão que nenhuma outra economia latino-americana havia logrado até aquela data, era uma das coisas que nos chamava a atenção e que, de certa maneira, estão presentes na obra da juventude, se você quiser colocar assim, certo?

3. De certa forma os acontecimentos pós 1964 obrigaram a CEPAL a reformular alguns de seus conceitos. Como tu vês isso?

R= Bem, aí o que aconteceu foi o seguinte: aconteceu o "choque brasileiro", o choque para nós brasileiros, que foi o 1964.

Chegou para todos nós a informação de que, apesar de todo o nosso dinamismo, apesar da estrutura econômico-social brasileira ser diferente dos outros países da América Latina, nós estávamos, de certa maneira, caminhando para um impasse que era relativamente parecido com o impasse que já estava situado numa série de outros países irmãos. Todo pensamento da CEPAL, então, foi uma tentativa de dissolver o exagerado economicismo da primeira economia política da CEPAL e fazer uma tentativa de incorporar uma reflexão histórica mais abrangente, e isso foi feito a partir da discussão da chamada dependência. Toda a chamada discussão da Teoria da Dependência era uma tentativa dos cepalinos de encontrar uma resposta ao porquê do quadro geral de aparente estagnação que havia prevalecido no continente. E essa foi a discussão de meados de 60, onde se notabiliza o Fernando Henrique Cardoso, o Weffort e tantos outros, que não eram economistas, mas que foram chamados pelos economistas da CEPAL para ajudar a decifrar o enigma.

4. Mas isso significou um rompimento teórico com a CEPAL ou se tratou somente da reunião crítica de alguns pontos de sua teoria, como, por exemplo, o conceito de desenvolvimento econômico?

R= Não significa absolutamente um rompimento teórico para a CEPAL, significa o seguinte: a CEPAL havia sido a campeã da proposta da industrialização, tratava-se de entender porque a industrialização não havia logrado os resultados dela esperados. Para resolver o enigma de por que a industrialização não havia logrado os resultados dela esperados, se procurava a resposta ao nível de uma reflexão histórica que fosse mais abrangente e transcendesse o econômico "stricto sensu". Essa foi a tenta-

tiva do debate sobre a dependência, que se movia ainda no espaço do paradigma cepalino. Era, em última análise, uma ampliação do mesmo paradigma a questões como a da estrutura social e a da estrutura de poder, o que antes estava restrito à dinâmica da economia, está claro? E, digamos, uma hipostasia da economia política da CEPAL, a sua transfiguração crítica na forma da Teoria da Dependência, que se move sem romper os limites do mesmo paradigma. Eu, nesta ocasião, estava no ILPES, onde esse trabalho se desenvolveu. Então, as questões que nos fascinavam eram dependência, marginalidade, estrutura social. Novamente a temática do Estado reaparecia posta em novos termos e era não mais a mera visão instrumentalista de Estado, mas sim já a visão histórico-genética constitutiva de Estado. Enfim, essas eram as questões que fascinavam. E desses anos o início, ainda muito incipiente, de uma revisão crítica conceitual. Qual o problema? Vejam bem, o conceito em torno do qual todos nós nos movíamos era o desenvolvimento econômico e social, esse era o conceito-chave, quero dizer, era a história enquanto presente e a história enquanto projeto. Essa era a idéia de desenvolvimento econômico social.

O que dinamizaria isso, a partir do paradigma cepalino, seria a interação dialética entre o interno e externo. As frustrações cognitivas e políticas que provinham e que nasciam no seio dos cepalinos levavam a que nós voltássemos a interrogar o conceito de desenvolvimento econômico e social. A discussão da dependência teve a grande importância de chamar a atenção para o fato de que o desenvolvimento latino-americano, a grande historização do conceito de América Latina, que havia sido feito pela CEPAL, era uma certa modalidade de desenvolvimento capitalista, então você voltava a pensar no que era desenvolvimento capitalista. No entanto, insinuava-se que a resposta teria que ser lograda por esse caminho. Ora, isso implicava o retorno ao pensamento clássico, quer dizer, quais foram os pensadores que enfrentaram a questão de entender o que é capitalismo e como o capitalismo se move? Foram os pensadores clássicos liberais. Isso é algo que vem lá de Adam Smith e Ricardo e é algo que passa também pela crítica da economia política feita posteriormente por Marx. Há, então, um movimento intelectual de recuperação desses autores. Eu diria que, em fins de 60, a ruptura com o paradigma cepalino já começa a aparecer e aparece de maneira muito clara num artigo de Maria da Conceição Tavares chamado "Além da Estagnação", onde você já vê um movimento que procura romper com o paradigma, recuperando a pauta de discussão, da grande discussão da economia política do início do século XIX. Ora, toda a produção intelectual, eu diria, do grupo dos economistas do qual eu faço parte, de certa maneira, se voltou a aprofundar a reflexão nessa direção. E isso leva a uma releitura da interpretação convencional da economia brasileira. Essa interpretação convencional da economia brasileira havia atingido seu grande momento criador com o livro de Celso Furtado "Formação Econômica do Brasil". Nesse livro havia uma determinada interpretação que era, digamos, a versão da economia política da CEPAL referida ao caso brasileiro. Para nós, o problema era repensar a história do desenvolvimento brasileiro e, por isso, todo o trabalho de Campinas caminha nessa direção e é nesse sentido que devem ser lidos os trabalhos de João M. Cardoso de Mello, os trabalhos de Maria da Conceição Tavares, os meus próprios trabalhos, enfim os trabalhos de todo o grupo que lá está. Pode-se colocar da seguinte maneira: é um conjunto de intelectuais formado na temática e nas categorias propostas pela CEPAL que, de certa maneira, tem uma ruptura com

uma determinada proposta de interpretação da história e que recupera outro modo de ler a história, mas em cima da mesma temática, em cima da mesma agenda, em cima das mesmas questões que a CEPAL havia colocado.

5. No início falaste sobre tua formação intelectual, bastante intensa em termos dos precursores neoclássicos. Posteriormente, na CEPAL, tomaste contato com o marco teórico keynesiano. Em que momento houve a crítica àquelas concepções e um aprofundamento teórico dentro do paradigma marxista?

R= Veja, sendo professor, fica-se a vida inteira mergulhado nesses temas, entretanto, minha trajetória de formação intelectual é inteiramente diferente dos cursos de graduação e pós-graduação que hoje nos propomos a defender. Durante todo aquele período de formação, não tomei contato com o pensamento clássico ou marxista. Na verdade, o pensamento clássico e a crítica a esse pensamento foram objetos de nosso estudo muito após a nossa formação. Porém, veja bem, o tipo de trajetória intelectual que tivemos facilitou-nos entrar nessa discussão.

6. Há três aspectos importantes que gostaríamos que tu comentasses. Trata-se do "pensamento" econômico brasileiro que é, em primeiro lugar, uma dedicação grande ao cultivo de leitura de autores no original; em segundo, uma dedicação e compreensão da história; e, em terceiro, um "mergulho" muito grande, que começa com vocês na CEPAL, nas questões candentes da realidade brasileira. Isso faz dos economistas brasileiros economistas muito engajados, ao contrário do que se vê em outros países. O que achas disso?

R= Eu tenderia a concordar, apenas acrescentando o seguinte: eu acho que isso é mais ou menos latino-americano, não é só Brasil.

Percorrendo a América Latina, descobre-se que os economistas da América Latina estão efetivamente envolvidos no interior da discussão e muito comprometidos com essa discussão. Eu diria que a vantagem dos economistas brasileiros sobre os outros economistas latino-americanos é que o Brasil é uma experiência de desenvolvimento capitalista muito mais complexa, muito mais abrangente, uma experiência de desenvolvimento capitalista de ponta. De ponta no seguinte sentido: não é a trajetória dos países centrais, mas é a trajetória de ponta do sistema periférico.

De certa maneira, a trajetória da economia brasileira e a trajetória da economia mexicana são absolutamente inéditas do ponto de vista histórico. Nós temos percorrido caminhos que nenhuma outra experiência econômica mundial percorreu. Os outros países da América Latina têm, em alguns momentos da sua história problemas semelhantes aos que a história brasileira já abrangeu, mas nós temos inúmeras dimensões que nenhum deles viveu. Isso nos dá uma matéria-prima de reflexão mais rica. Em outros termos, a especificidade da província Brasil nos dá uma universalidade em relação ao terceiro mundo que é realmente surpreendente.

7. A importância que tu colocas, seguidamente, em teus discursos, da necessidade de resgatar o planejamento tem também esse mesmo sentido de revisão crítica?

R= Veja bem, a palavra planejamento está carregada de conotações negativas. Vejamos quais as conotações que ela tem. Primeiro, que a relação Estado-Sociedade é unilateral e o Estado é o sujeito escolhedor; o Estado, a partir de suas razões, traça a trajetória futura da sociedade e o perfil futuro da sociedade que ele deseja. Segundo, que o Estado é produtor da história segundo sua decisão prévia e que o economista é um técnico que ajuda o Estado escolhedor. Quer dizer, a noção de planejamento tem uma série de conotações pelas quais parece ser o procedimento operacional do Estado autoritário. Como tal, essa expressão ficou totalmente deturpada. Ela foi socializada e generalizada na América Latina, quando, nos sonhos dos anos 50, se acreditava que a América Latina poderia, a partir do planejamento e desenvolvimento, vencer a distância que a separava dos países centrais. Isso seria feito sem rupturas radicais, através de um processo de assentamento progressivo a um tipo de sociedade mais aberta, mais abrangente, com menores problemas sociais. A palavra ficou inteiramente comprometida e, pior que isso, foi apropriada pelos regimes autoritários que, na verdade, foram os que implantaram o planejamento na América Latina. No caso do Brasil, é absolutamente visível que uma faceta da proposta da CEPAL foi inteiramente comprada pelo regime autoritário brasileiro.

Bem, como uma reação ao autoritarismo, surgiu também uma espécie de fobia à expressão planejamento, à idéia de que a palavra planejamento fazia parte de uma ideologia de dominação exercida abstratamente em nome das razões do Estado. Eu mesmo fui um crítico dos mais acerbados do conceito. Até escrevi um "tijolo", que é exatamente sobre como aparece a idéia de controle, o que está por trás da concepção de planejamento, etc. Quando eu digo que é necessário resgatar o planejamento, eu quero dizer que a sociedade tem que pensar em seu futuro, tem que discutir coletivamente o seu futuro e, de alguma maneira, ter um papel futuro decidido por ela, legitimado através de uma discussão e uma grande consulta social. É nesse âmbito que eu acho que a idéia de planejamento deve ser recuperada. Não enquanto uma técnica a serviço da racionalização do Estado, mas enquanto um momento pelo qual a sociedade reflete e discute sistematicamente qual é o seu perfil futuro. Até porque, se esse exercício não for feito, determinadas questões, como a definição de um novo padrão de industrialização, não terão como abrir caminho ou espaço. A antítese a essa postura seria exatamente exacerbar o regime, o sub-regime, o municipalismo e, no limite, a comunidade, a microcomunidade, organizando-se e pensando-se no perímetro das relações interpessoais que podem-se estabelecer dentro do conjunto dos moradores. Na verdade, seria pegar a sociedade complexa e fazer dela uma confederação de indivíduos, o que é, sem dúvida, uma visão atomística e a histórica da sociedade. Então, acho que a idéia de planejamento, ainda que carregada de todas as conotações negativas, tem que ser posta novamente em discussão, até para exorcizá-la de seu compromisso com a concepção autoritária do Estado, correto? Caso contrário, nós estaríamos "abrindo mão" de um tipo de reflexão coletiva que é imprescindível para enfrentarmos, inclusive, a extensão da crise que está posta aí. Por exemplo, a estrutura industrial brasileira tem como seu setor livre o segmento metal-mecânico automobilístico. Qualquer futuro padrão de industrialização no Brasil tem que resolver a questão do que fazer com o segmento metal-mecânico automobilístico. A curto prazo, praticamente não há nada a fazer a não ser que você esteja disposto a gerar uma situação de desemprego dramática e selvagem no segmento operário de pon-

ta, que é o segmento dos metalúrgicos, e no imenso complexo de população trabalhadora que depende direta ou indiretamente do automóvel. A curto prazo, praticamente nada se pode fazer com respeito a esse setor industrial que é o setor industrial líder dessa estrutura (industrial) que aí está. Agora, o problema da conversão da indústria automobilística a um outro destino e a montagem de novos setores industriais que substituam o papel do automobilismo como carro-chefe central hoje da economia brasileira é tipicamente uma questão de planejamento e de discussão social imensa para legitimar uma escolha alternativa.

8. Ou seja, tu colocas o planejamento como um processo que possibilita e viabiliza a formação de um projeto social?

R = Evidente! E acho que não se pode cair no erro de fazer um movimento oposto: como isso foi "a fala do príncipe" autoritário e "por cima", vamos, então, inovar a nossa prática. Aí vêm aquelas histórias de que: "pequeno é bonito"; "vamos nos preocupar com postes de luz"; "como problema da praça"; "da creche". Se nós vamos por aí, estaremos historicamente ferrados, não vamos chegar a lugar nenhum.

9. Sabemos das evidentes contradições que existem entre o capital internacional e segmentos de capital nacional, privado e estatal, principalmente em tempos de recessão mundial e excesso generalizado de capacidade ociosa. Também a economia brasileira passou pela experiência do fracasso do II PND. Assim, gostaríamos que tu explorasses as possibilidades de sucesso desse planejamento a que te referes, dada a resistência do capital internacional em transferir para o Brasil novos segmentos de atividade.

R = Estou cada vez mais convencido de que o problema no Brasil passa por uma sagrada aliança. Eu acho que há uma sagrada aliança entre o capital internacional, que é hegemônico no circuito industrial, e o grande capital nacional, que é hegemônico no circuito não industrial. Eu acho que há um antigo pacto no Brasil que une o grande capital privado nacional, que é não industrial, como o bancário, imobiliário, agrário e mercantil, com o capital industrial que é predominantemente estrangeiro, sob hegemonia das filiais, e que esta sagrada aliança é quem, na verdade, define os rumos dos grandes movimentos históricos do desenvolvimento brasileiro do passado.

10. Qual seria, na tua opinião, o projeto político da sagrada aliança ou sagrado pacto?

R = Não sei, eu acho que é um projeto variado no tempo, não acho que seja um projeto formal. Esse projeto varia. Eu não acho que eles tenham um único projeto político. Neste momento, eu tenho a impressão que não há nada. Eu tenho impressão que, neste momento, o capitalismo, a nível mundial e a nível nacional, não tem nenhuma proposta. O Delfim tem uma determinada concepção de como deve ser a arquitetura do capitalismo brasileiro, que é, digamos, a sua utopia. Neste momento, eu não acredito que para ele esteja claro como é que ele garante a utopia. Eu tenho a impressão de que o Delfim, hoje, deve ter seríssimas dúvidas quanto à estabilidade do sistema em que ele atua, do quanto esse sistema é frágil.

11. Por que tu optas por ver a recessão como um fenômeno provocado pela política econômica e, portanto, passível de ser controlada? À medida que não privilegia as leis de movimento da sociedade capitalista, não estaria havendo uma inversão na ordem de determinações na tua análise?

R = Vou lhe dizer: a redução da taxa de crescimento no Brasil é algo produzido pela lógica inexorável do ciclo econômico capitalista, o qual ocorre causado pelos padrões de competição intercapitalista em etapa monopólica. Agora, um quadro recessivo na economia brasileira só se arma se você contrai o gasto público, se você desmonta o patamar do nível desses gastos. Esse dispêndio é uma questão de natureza política e econômica que deve ser localizada ao longo das etapas do ciclo.

12. Por que não entender esse declínio no gasto público pelo estreitamento da base tributária decretada pelo próprio declínio autônomo no crescimento?

R = É claro que eu posso fazer, sem muita dificuldade, um tipo de análise na direção que você está sugerindo. Poderia mostrar que o próprio desenvolvimento político-econômico vai estabelecendo limites tão estreitos que a recessão acaba sendo a única escolha possível e, nesse sentido, ela está determinada por algo que é maior do que a consciência dos próprios homens que presidem o processo político e econômico. Aliás, escrevi um artigo, "Administração da Crise Atual", publicado na revista Economia da América Latina, que está construído nessa linha. O mal desse tipo de visão é que absolve inteiramente os personagens do governo de responsabilidade ao nível do processo corrente. Talvez porque eu esteja sempre muito envolvido no debate político, tendo sempre a não absolvê-los inteiramente, para poder fazer minha cobrança personalizada. Eu realmente acho que o Delfim não tem espaço praticamente nenhum para resolver o impasse neste momento.

13. Tu não achas que esse encaminhamento da questão tem o risco de dar à política econômica um poder que ela não tem?

R = Não é bem isso, não. Veja bem: o ciclo é inexorável e é dado por uma lógica histórica maior, mas o formato específico do ciclo é muito afetado pelas peripécias da política econômica. As oscilações, as variações, as amplitudes, a extensão, tudo isso é o produto de decisões de política econômica. O que você está chamando a atenção, e eu concordo, é que, na verdade, o quadro recessivo atual aparece imediatamente como produto de determinadas decisões político-econômicas, mas essas decisões político-econômicas estavam quase que predeterminadas pelo próprio curso do movimento anterior. Inclusive, eu escrevi um artigo nesse sentido, mas eu não gosto de colocar dessa maneira, pois, quando se coloca dessa maneira, impede-se a controvérsia com o Governo que agora está aí. Trata-se até de um problema da minha posição político-partidária. Eu, de algum modo, tenho que ter uma instância em que eu possa responsabilizar o Governo, até para fazer a seguinte demonstração: optam pela recessão porque não estão dispostos a mexer na estrutura tributária, optam pela recessão porque preferem a especulação financeira. Ora, se eles estão prisioneiros de uma armadilha, eu não vou dizer:

"coitadinhos deles que estão presos numa armadilha", porque eu estaria absolvendo-os. Eu vou dizer: "foram eles que construíram essa armadilha que aí está". Isso é um problema de linguagem política. Teoricamente, eu diria a vocês que, num momento de crise como a que se está agora, o sistema de forças dominantes praticamente não tem espaço para dispor as coisas. E o Delfim, veja bem, relutou no limite a essa alternativa, porque ele sabe que essa alternativa dá sobrevida durante algum tempo, mas agrava a fragilidade de sua proposta no espaço maior. Hoje, por exemplo, os bancos conseguiram estar numa situação de isolamento nacional.

14. Tu indicaste que o encaminhamento de um projeto nacional passa necessariamente pela adoção de forças produtivas cada vez mais avançadas. No entanto o outro lado dessa questão é a absorção progressivamente menor de mão-de-obra.

R = Vamos reduzir a jornada de trabalho, vamos libertar o homem do vale de lágrimas. Qualquer economia capitalista, quando desenvolve suas forças produtivas, faz duas coisas com respeito a sua força de trabalho. Primeiro, dilata o prazo médio de treinamento, quer dizer, a data de entrada no mercado de trabalho está-se tornando cada vez mais dilatada, e a outra coisa que faz é reduzir a jornada de trabalho. No Brasil, nós temos uma jornada oficial de oito horas. Na verdade, é superior a essa, porque a maior parte das pessoas ocupam as horas extraordinárias ou com outro emprego, ou com "bicos". O brasileiro, em média, está trabalhando muito mais de oito horas por dia. Se nós temos um problema de emprego e eu, na verdade, acho que esse problema de emprego é um problema de taxa de crescimento (pois se você ativar a taxa de crescimento, você inverte essa tendência), nós devemos aperfeiçoar nossa legislação diminuindo a jornada de trabalho.

15. Agora, isso passa, obrigatoriamente, por uma redução da massa de mais-valia e da taxa de lucro que é a razão de ser do sistema.

R = Vamos ver o seguinte: qualquer regime capitalista aceita que o salário real cresça, pelo menos, igual à elevação da produtividade. Isso não altera a relação salário-lucro. Agora, numa renegociação social, pode-se alterar a relação salário-lucro num determinado momento. E eu acho que no Brasil vai ser necessário isso. Entretanto, a sociedade brasileira, dado o grau de desenvolvimento das forças produtivas, é perfeitamente compatível, ao meu juízo, com uma melhoria da relação salário-lucro e com uma redução da jornada de trabalho projetivamente. É claro que a relação salário-lucro, neste momento, parece não ser maleável. Mas não vejo porque a economia brasileira, retomando uma taxa de 8 a 9% ao ano, não pode perfeitamente propor pela regulamentação e pela observação mais explícita da legislação do trabalho e uma redução do tempo de jornada média. Isso é perfeitamente possível. Eu não consigo descobrir onde está a impossibilidade. Na década de 50, o salário de base era quase o dobro do atual.

Aliás, não é só isso. Nós retomamos a expansão com uma nova frente, o quadro brasileiro, a visão ingênua que está por trás da idéia de renunciar à industrialização ou reduzir o ritmo de industrialização, ou considerar que o problema da industrialização é um problema secundário, é

muita a idéia de que a gente já atingiu um determinado estágio de desenvolvimento tal que o problema está muito mais na esfera da distribuição do que na esfera da produção. Só que, normalmente, uma economia capitalista só se sustenta se a sua produção está crescendo, principalmente no caso de uma economia capitalista como a brasileira que diferenciou o aparelho produtivo de tal molde, que tem um setor produtor de meios de produção com alto peso dentro da estrutura industrial. Ademais, essas atividades ligadas à construção de nova capacidade produtiva são pesadamente empregadoras de mão-de-obra. Eu não estou pensando na Indústria de Transformação que faz máquinas e equipamentos, eu estou pensando em todo o setor de engenharia. O que representa a engenharia como emprego de mão-de-obra é uma brutalidade! Então, a economia brasileira, para poder manter normal a sua produção, tem que estar crescendo. Agora, crescendo em que padrão? Nesse padrão que está aí, a cada volta que damos, temos maior dificuldade para enfrentar os desníveis, os obstáculos e as distorções existentes dentro da economia. Então é necessário voltar a crescer, mas com um novo padrão. Mas o novo padrão não é obtido a partir de projeto comunitário microscópico, o novo padrão tem que considerar a alta prioridade desses projetos comunitários locais microscópicos, mas tem que ir além disso. Nós temos que colocar nossa estrutura industrial nas frentes de expansão por onde irá o sistema econômico mundial, caso contrário, nós vamos perder posição ao longo dos anos 80. O que está acontecendo? Está "pintando" aí uma modificação nos processos técnicos produtivos de uma radicalidade espantosa, a partir da generalização da Informática. Trata-se de um aprofundamento violento da subordinação real da força de trabalho, uma desqualificação massiva de mão-de-obra, a partir de robôs, a partir de modelos de cálculo numérico etc.

Se nós não controlarmos essa tecnologia, a nossa estrutura industrial atual poderá, então, essa sim ser "escanteada" e aí a hipótese pode-se materializar. Então, sabe o que está acontecendo? Do ponto de vista ideológico, as oposições no Brasil estão fazendo um movimento antitético muito elementar, que é o seguinte: para todos os temas que foram característicos do regime durante esses 15 anos, nós construímos o antitema. Então o regime foi centralizador, nós fomos descentralizadores, o regime deu importância às grandes obras, nós fomos a favor das pequenas obras, o regime deu muita importância à industrialização, nós não gostamos mais do conceito de industrialização, o regime falava em planejamento, então nós somos antiplanejamento, se nós formos por esse caminho, estaremos "ferrados". Nós temos que afirmar alguma coisa além dessa negação das formas que o regime adotou. Esse é o exercício que nós economistas temos que fazer, não para tirar do bolso um modelo alternativo, mas para tirar do bolso uma proposta para discussão social e avaliar a discussão social a partir do nosso próprio encaideamento na oposição. É por isso que eu acho que o Movimento Renovação dos Economistas tem uma tarefa ideológica nas oposições de primeira grandeza a enfrentar, se bem que somos olhados com uma certa suspeita pelas oposições. A suspeita de que somos os novos tecnocratas, os novos mandarin.